



Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História

ISSN: 0104-236X

anos90@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Possamai, Zita Rosane

O ofício da História e novos espaços de atuação profissional

Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 15, núm. 28,
diciembre, 2008, pp. 201-218

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=574069166013>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O ofício da História e novos espaços de atuação profissional¹

Zita Rosane Possamai*

Resumo: Nas últimas décadas, o campo de atuação do profissional da área de História tem-se alargado. Museus, arquivos, memoriais, centros de documentação, órgãos de gestão do patrimônio histórico, agências de políticas culturais e de turismo são alguns exemplos de espaços abertos ao ofício do historiador. Esse novo espectro de possibilidades de trabalho apresenta indagações e desafios de várias ordens à área de História: o que essas instituições esperam do profissional de História que nelas atua? Como tem-se dado essa atuação? Que obstáculos os profissionais enfrentam? Como deve ser sua formação? Que habilidades devem possuir? O que os distingue de outros profissionais que atuam na área de patrimônio? Qual é o papel da Associação Nacional de História – em âmbito nacional e regional – em relação aos profissionais de História que atuam nessa área? Qual a importância da regulamentação da profissão de historiador para a atuação nas instituições voltadas ao patrimônio histórico-cultural? Esse texto pretende sondar de forma bastante preliminar essas questões.

Palavras-chave: Patrimônio histórico. Regulamentação Profissional. Ofício do historiador.

Esta mesa-redonda tem por objetivo discutir os desafios apresentados aos profissionais da área de História no que se refere, especificamente, a sua atuação em instituições ligadas à preservação de acervos, seja museus, arquivos, memoriais, órgãos de gestão do patrimônio edificado ou imaterial, centros de documentação,

* Doutora em História. Professora da UFRGS. E-mail: zitapossamai@gmail.com

escritórios de turismo, entre tantos outros espaços. Assim, as ponderações que me inspiram aqui são fruto, fundamentalmente, da minha trajetória como historiadora e profissional atuando em alguns desses espaços, e da forma como percebo as várias indagações aqui propostas para discussão. A pauta dessa mesa sugere algumas questões às quais procurei reportar-me para conduzir minha exposição: o que essas instituições esperam do profissional de História que nelas atua? Como tem se dado essa atuação? Que obstáculos esses profissionais enfrentam? Como deve ser sua formação? Que habilidades ele deve possuir? O que o distingue de outros profissionais que atuam na área do patrimônio histórico-cultural? Qual é o papel da ANPUH – em âmbito nacional e regional – em relação a esses profissionais? Qual a importância da regulamentação da profissão de historiador para a atuação em instituições voltadas ao patrimônio histórico-cultural? É bom enfatizar que não tenho a pretensão de esgotar essas questões, pois as considero como desafios para a reflexão sobre a inserção profissional dos historiadores na atualidade.

Antes de mais nada, cumpre dizer que, em duas décadas de contato com a área de história – seja como estudante ou, posteriormente, como profissional –, percebo uma mudança bastante positiva em nosso campo de atuação. Quando fiz minha graduação, na segunda metade da década de 1980, as duas únicas possibilidades de atuação que se apresentavam para o graduado em história eram o ensino ou a pesquisa; essa última, no entanto, exclusivamente vinculada à academia, acessível a poucos. Atualmente, pode-se constatar um leque aberto de alternativas e possibilidades. Convém ressaltar que isso se deu por nossa atuação e também, certamente, pela dimensão social e cultural alcançada pelas iniciativas voltadas à valorização da memória e, por consequência, pela criação de instituições, das mais variadas temáticas, preocupadas com a guarda e a preservação de documentos históricos em sentido amplo.

A partir desse rápido intróito, passo para as indagações propostas à mesa.

A expectativa das instituições

As primeiras indagações referem-se às expectativas das instituições em relação ao profissional de História que nelas atua e, por outro lado, como essa atuação tem ocorrido e quais os obstáculos enfrentados pelos profissionais.

A primeira indagação é bastante complexa tendo em vista certa variedade entre as instituições que lidam com os acervos documentais e, muitas vezes, porque as instituições não possuem clareza em relação ao que se possa ou se deva esperar do profissional de História. Então, imagino que a abordagem dessa indagação deva se focalizar no próprio repertório de conhecimento adquirido pelo historiador e na sua conduta ética diante de questões que se apresentam.

Assim, eu perguntaria: qual o papel que tem o profissional, cujo objeto de estudo e investigação é o passado, em instituições que lidam com documentos sobre esse passado? É a partir das respostas a esses questionamentos que teremos condições para pensar as contribuições do historiador nas instituições de preservação do patrimônio histórico-cultural, mesmo que elas próprias ainda não tenham clareza sobre a importância de tal profissional no trabalho que devem realizar.

Tomo o exemplo de museus e órgãos de gestão do patrimônio edificado para particularizar melhor a questão. Os órgãos de preservação do patrimônio dedicam-se, tradicionalmente, à preservação dos bens culturais edificados, embora, recentemente, venham também dirigindo sua atenção ao denominado patrimônio imaterial ou intangível. Considerando, sobretudo, o primeiro caso – o de preservação de bens culturais edificados –, o historiador será aquele responsável pela pesquisa histórica sobre os bens arquitetônicos, os quais são, em sua maioria, preservados a partir do seu valor histórico. Sendo assim, não havendo historiador nesses órgãos, a pesquisa “dita histórica” é realizada por outros profissionais. Por outro lado, não raras vezes, quando há a presença de historiadores, as instituições,

desconhecendo a riqueza e a complexidade do saber histórico, desejam que o profissional atue de forma subsidiária a outros olhares, como o da arquitetura, e que a pesquisa contemple unicamente um viés cronológico e factual que privilegia os grandes vultos. Não é, certamente, por acaso, que a maioria dos exemplares do patrimônio tombado no Rio Grande do Sul, e mesmo no Brasil, quando não foram privilegiados por seu valor arquitetônico, foram-no por estarem relacionados a fatos memoráveis ou a personagens históricos. Assunto, diga-se de passagem, que vem sendo objeto de investigação por historiadores.

Nesse caso particular, caberia aos historiadores atenderem o desejo institucional? Lógico que não. Ao contrário, devem contribuir com um olhar diferenciado na compreensão do patrimônio. Sem a especificidade da História, o patrimônio arquitetônico constitui-se em ruínas mudas, sem significação para a sociedade. Reside justamente aí a grande contribuição dos historiadores aos órgãos de gestão do patrimônio edificado no sentido de que o olhar da História como operação crítica contribui para ver além da pedra, da materialidade e do estilo estético, dando conta das relações sociais, quase sempre ausentes das abordagens patrimoniais. São tantos os exemplos de marcos edificados que recebem um tratamento mitificado e sacralizante justamente porque falta a desconstrução e análise de discursos, os quais, por serem tão repetidos, já se tornaram senso comum. Há ainda aqueles casos em que são apresentadas visões parciais, incorreções ou mesmo ausência total de pesquisa que dê conta de informações mínimas sobre os objetos de preservação.

A partir do exposto, é necessária a seguinte indagação: como tem se dado a atuação dos historiadores nesses órgãos? Partirei das realidades de que tenho conhecimento. O Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN), recentemente, realizou um concurso para o cargo de “historiador”, para o qual era possível candidatar-se profissionais graduados em diversas áreas afins. A partir desse dado, tenho pelo menos duas perguntas que não querem calar: como um órgão dessa importância desconhece a produção historiográfica

brasileira, liderada pelo campo dos historiadores? E como um órgão importante realiza um concurso dessa forma, sem o protesto da comunidade dos historiadores e, mais especificamente, sem o protesto da ANPUH?

Por que estou mencionando essa situação? Porque ela, de alguma forma, já responde ao questionamento dessa mesa em relação a como tem se dado a atuação dos historiadores nesses lugares. Ou seja, há ausência dos profissionais nesses órgãos – museus e coordenadorias regionais – ligados ao IPHAN. Cito o caso da 12ª Coordenadoria Regional do Rio Grande do Sul, onde, apenas recentemente, passou a atuar uma historiadora vinda do Rio de Janeiro. Ela diz, com todas as letras, que antes dela não havia historiadores no órgão e que os processos de tombamento eram instruídos de forma bastante lacônica, principalmente quando se tratava da aferição do seu valor histórico. Assim, essa situação gerou prejuízos à compreensão do valor histórico dos bens que foram tombados como patrimônio nacional. Não imagino que a situação em outras regiões do país seja distinta.

Nos museus históricos, o historiador será responsável, ao lado de outros profissionais, pela pesquisa de acervos, pela elaboração de sistemas de documentação, pela concepção e montagem de exposições, pela elaboração de projetos educativos e culturais. Em qualquer dessas atividades, o profissional da História contribuirá com seu olhar particular, que não se confunde com o olhar de outros profissionais. Os museus são instituições multidisciplinares e nas quais o trabalho em equipe é uma marca de suas atividades. Dessa forma, por exemplo, na concepção e montagem de uma exposição museográfica interagem historiadores, arquitetos ou designers, programadores visuais, museólogos, conservadores, educadores, entre outros técnicos.

O que muitas vezes pode ocorrer nos museus históricos – sobretudo naquelas regiões e realidades carentes de profissionais nessa perspectiva multidisciplinar – é que o profissional de história seja obrigado a assumir de forma precária essas diversas funções.

Não se pode negar o papel relevante que tem desempenhado inúmeros historiadores que atuam em nossos museus. Se fôssemos esperar essa situação ideal, não existiriam mais de 300 museus no estado do Rio Grande do Sul e aproximadamente 2.500 museus espalhados pelas regiões brasileiras. Mas não se pode deixar de frisar o prejuízo para a política cultural desses museus a ausência dessa diversidade de olhares que a instituição deveria conter. O resultado dessa situação é, não raras vezes, museus impossibilitados de atender a contento as funções para as quais foram criados.

Esse quadro deve alterar-se de forma significativa nas próximas décadas em função da Política Nacional de Museus, devido a sua preocupação com a criação de Cursos de Graduação em Museologia nas regiões do Brasil, nas quais ainda não havia essa formação específica. Essas formações deverão propiciar o incremento do campo museológico brasileiro, fazendo com que, em alguns estados da federação, delineie-se uma nova configuração profissional no interior dos museus. O novo desenho exigirá que os profissionais de História redefinam seu papel nas instituições, compartilhando seus saberes com outros profissionais. Isso permitirá aos historiadores focarem sua atenção naqueles saberes que lhes são particulares e que, de forma alguma, podem ser substituídos por outros profissionais.

Os desafios da formação

Um segundo grupo de questões concerne à formação dos historiadores, bem como às habilidades que estes deveriam possuir para atuar na área do patrimônio e, ainda, à delimitação das fronteiras com outros profissionais desse campo. No que se refere à formação profissional, pode-se dizer que houve certo avanço nos últimos anos no sentido da preparação dos historiadores para esses novos espaços de atuação. As novas diretrizes curriculares para os cursos de História, aprovadas pelo Parecer CNE/CES 492/2001, trouxeram para o debate acadêmico a necessidade de inclusão da nova

realidade profissional, já vivenciada por muitos historiadores brasileiros, conforme texto abaixo:

A mesma ampliação se dava quanto às ocupações funcionais dos profissionais formados em História no Brasil. Se a tradicional dicotomia entre Bacharelado e Licenciatura parecia bastar no começo da década de 1960, ela parece cada vez mais limitada ou acanhada numa época como a nossa, quando, além das tradicionais destinações (ensino de primeiro e segundo grau, por um lado; ensino universitário ao qual se vinculava a pesquisa, por outro), pessoas formadas em História atuam crescentemente (e a lista a seguir é seletiva, incompleta): em institutos de pesquisa que não desenvolvem atividades de ensino; realizando pesquisas ligadas a questões vinculadas ao patrimônio artístico e cultural, à cultura material (associação Arqueologia/História, atuação em museus) ou a serviço dos meios de comunicação de massa (imprensa, televisão etc.); funcionando em assessorias culturais e políticas também; trabalhando na constituição e gestão de bancos de dados, na organização de arquivos e em outras áreas de um modo geral ligadas à reunião e preservação da informação.²

Dessa forma, a legislação alavancou essas mudanças, fazendo com que os cursos de graduação se adaptassem às novas exigências curriculares. Convém ressaltar, no entanto, que essas alterações não se deram, exclusivamente, por imposição da lei, visto que ela mesma é elaborada a partir do cenário já existente no campo profissional da História. Contudo, salvo raras exceções entre nós,³ o historiador deixava as cadeiras universitárias sem se deparar com temáticas que poderiam ser colocadas como problemas a serem investigados do ponto de vista histórico, como o patrimônio; menos ainda havia se deparado com instituições que gerenciam acervos, tais como memoriais, museus ou centros de referência. A única exceção com certeza eram os arquivos; afinal de contas, na sua trajetória, o historiador pouco aprende a explorar fontes que não as escritas, deixando de lado um manancial de documentos históricos compreendidos

pela cultura material e visual no seu sentido mais amplo, artefatos, imagens, prédios, obras de arte, etc.

Se o estudante não tomou contato com essas questões apenas do ponto de vista da possibilidade de investigação, menos ainda tomaria como seu o problema de compreender como as sociedades reúnem, guardam e decidem preservar este ou aquele conjunto de documentos, esta ou aquela coleção de obras de arte, este ou aquele prédio; ou como e por que as sociedades decidem erigir um dado monumento ou ainda criar um museu. Essas instituições ou marcos são, muitas vezes, concebidos como dados. Um historiador vai a um arquivo em busca de fontes escritas sobre o tema que deseja investigar, mas nem sequer pergunta-se como essa documentação, que hoje é sua tarefa criticar e analisar, foi parar naquele lugar. Ou será que ele protesta quando uma determinada coleção de jornais não é colocada à sua disposição por estar em mau estado de conservação? Tenho conhecimento de várias pesquisas frustradas por dificuldades de acesso à documentação histórica para elaboração de teses ou dissertações, mas esse parece não ser um assunto pertinente à reflexão dos estudos históricos.

Felizmente, os diversos cursos de graduação em História no estado incluíram, ao reformularem seus currículos, disciplinas atinentes a essa problemática, tais como: Memória e Patrimônio no Estudo de História, Educação para o Patrimônio, Teoria e Prática de Arquivos e de Museus, Conservação de Bens Culturais, Educação Patrimonial, entre outras. Vários cursos incluíram experiências de estágios em algumas instituições, principalmente em arquivos e museus. Esses estágios vêm propiciando a inserção dos estudantes nas instituições através da elaboração e execução de um projeto específico orientado pelo docente. E, em outros casos, o discente elabora e coloca em prática seu próprio projeto na instituição de estágio. O curso da UFRGS remeteu a formação específica nessa área à ênfase no bacharelado, diferenciando-a da licenciatura como formação básica. Dessa forma, as formações universitárias vêm

contemplando minimamente os conhecimentos necessários ao profissional de História que deseje enveredar pela atuação nessa área, devendo buscar formações complementares, após sua formatura.

Uma situação que merece ser mencionada é a dificuldade de conhecimento docente sobre esses diversos campos de atuação do historiador e a ausência de estudos publicados, o que interpõe obstáculos à formação dos novos profissionais. Está sendo exigido um movimento por parte dos docentes de nível superior na busca de informações, tal como vem se operando na abordagem das temáticas de história e cultura da África, cuja obrigatoriedade do ensino também é objeto de legislação específica.

Por outro lado, os arquivos e museus, por exemplo, necessitam preparar-se para acolher esses estudantes, tornando sua estada proveitosa para a aprendizagem profissional. Precisam compreender que o estudante de História está realizando estágio para desenvolver atividades específicas em seu campo, e não para cumprir demandas tarefas do cotidiano de trabalho da instituição. Além disso, os docentes têm sentido certa dificuldade em encontrar projetos em andamento nesses espaços que permitam a profícua participação dos alunos.

Nesse novo quadro de possibilidades profissionais que se apresenta para o historiador, quais aspectos sua formação deveria contemplar?

Para tentar responder essa questão, vou-me valer de um documento, elaborado por uma Comissão de Especialistas do MEC, composta pelo Prof. Dr. Ciro Flamarion Cardoso, e pelas Profas. Dras. Elizabeth Cancelli e Luíza Margareth Rago, para a definição das diretrizes curriculares dos cursos de história, o qual antecedeu o parecer aprovado, anteriormente mencionado. Nesse documento, é considerado como perfil profissional:

O graduado deverá estar capacitado ao exercício do trabalho de Historiador, em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e

das práticas essenciais de sua produção e difusão. Atendidas estas exigências básicas e conforme as possibilidades, necessidades e interesses das IES, com formação complementar e interdisciplinar, o profissional estará em condições de suprir demandas sociais relativas ao seu campo de conhecimento (magistério em todos os graus, preservação do patrimônio, assessorias a entidades públicas e privadas nos setores culturais, artísticos, turísticos, etc.), uma vez que a formação do profissional de História se fundamenta no exercício da pesquisa.

E como competências e habilidades:

1. Dominar as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas;
2. Problematicar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
3. Conhecer as interpretações propostas pelas principais escolas historiográficas, de modo a distinguir diferentes narrativas, metodologias e teorias;
4. Transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento, sendo capaz de demarcar seus campos específicos e, sobretudo, de qualificar o que é próprio do conhecimento histórico;
5. Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural.⁴

Segundo o documento, a investigação e a produção do conhecimento histórico seriam a base sobre a qual se assenta o ofício do profissional de história. A pesquisa é, dessa forma, a formação mínima para atuação do profissional de História em diferentes frentes, incluindo sua atuação na área de gestão do patrimônio cultural.

A partir desse pressuposto, quais as habilidades específicas que esse novo profissional deveria ter e que não estão contempladas acima?

Antes de mais nada, o historiador necessita apropriar-se de conceitos mínimos, tais como memória, patrimônio, documento, museu, arquivo, situando historicamente o surgimento e o desenvolvimento dessas noções no contexto internacional e brasileiro. Importa, sobretudo, ver esses conceitos como construções sociais no tempo, profundamente ligadas ao contexto histórico e ao jogo das relações sociais, rompendo com visões mitificadoras. Nesse sentido, a discussão epistemológica da História – e sua diferenciação da memória – é extremamente útil como forma de situar, no campo do conhecimento histórico, os processos de construção das memórias pelos diferentes grupos sociais.

Por outro lado, o historiador necessita conhecer as formas de proteção jurídica do patrimônio, tais como tombamento, inventários, e as legislações atinentes a essa problemática, percebendo sua evolução ao longo do tempo. Nesse caso, caber-se-iam conhecer as declarações da UNESCO, as legislações de alguns países e, principalmente, apropriar-se da legislação brasileira, tais como Decreto de 1937, Lei de Sambaquis, Constituição de 1988, Decreto do Patrimônio Imaterial, leis estaduais e mecanismos jurídicos de proteção municipais.

Particularizando, o historiador ainda necessita compreender como se dá o trâmite para a preservação, por exemplo, do patrimônio edificado, apropriando-se das várias instâncias de investigação, discussão e deliberação. O profissional necessita ter ciência das suas atribuições e dos seus limites nessa questão. Ele participa da investigação e da discussão através da contribuição do conhecimento histórico, mas nem sempre tem o poder decisório sobre a preservação ou não preservação, pois isso pode ocorrer em instâncias políticas nas quais pode não ter ingerência.

Continuando na particularização, é necessário que o historiador conheça o funcionamento de instituições como museus e arquivos,

tomando conhecimento de suas áreas específicas (documentação, conservação, expografia, setor educativo). É importante que o profissional perceba a especificidade de suas atribuições, respeitando as de outros colegas profissionais e, sobretudo, é necessário que desenvolva a habilidade de trabalhar em equipe.

É importante que a formação em História preocupe-se em habilitar o profissional a investigar outros documentos além dos escritos ou orais, introduzindo-o no estudo da cultura visual e material. Essa habilidade, que deverá ser desenvolvida na formação, em muito o auxiliará quando necessitar trabalhar em um museu, por exemplo, onde lidará quase que exclusivamente com objetos, artefatos e imagens.

Assim como as fontes de investigação devem se multiplicar, o historiador inserido, principalmente nos museus, precisará lidar com outras formas de linguagem para comunicar e divulgar o conhecimento histórico. Uma situação bastante comum – já folclórica entre os profissionais de museus – é a inaptidão que possuem muitos profissionais de História na montagem de exposições, nas quais por “deformação de ofício” escrevem livros de pernas ou livros nas paredes. Assim, as monografias, teses, dissertações e artigos de texto, não raro longos, enfadonhos, herméticos e destinados a um público acadêmico seletivo, precisam dar lugar a textos curtos, agradáveis e acessíveis a um público diverso. O historiador que aprendeu apenas a comunicar seu conhecimento através da linguagem escrita, necessitará comunicar-se através da expografia, disposição de objetos e imagens em um determinado espaço. Sua escrita da história passa a ser visual.

Atuando nessas instituições, o historiador precisará estar instrumentalizado para a concepção e elaboração de projetos culturais, a fim de que possa buscar recursos materiais e humanos para a realização de suas atividades. Nesse sentido, precisa ter habilidade para uma atuação pró-ativa, buscando agências de fomento, linhas de financiamento e mantendo-se em rede com outros profissionais da área cultural.

Será que estamos preparando os futuros historiadores para isso?

A discussão sobre a formação dos historiadores perpassa, necessariamente, pela sua atuação profissional e pela sua inserção no mercado de trabalho. Um dos nossos maiores desafios é estabelecermos um diálogo entre as partes, sem, contudo, subordinarmos a educação e a formação a necessidades efêmeras. Nos últimos anos, os cursos de licenciatura se viram reduzidos a um tempo diminuto, a partir do qual mesmo a formação tradicional do historiador foi bastante prejudicada. Muitas Instituições de Ensino Superior (IES) aproveitaram a legislação favorável para vender a ilusão do tão almejado diploma de nível superior, criando graduações aligeiradas. De que forma conciliar essas limitações com os desafios tradicionais e novos para os profissionais de História? Nesse percurso, acredito que o mais importante já está sendo dado, ou seja, discute-se um profissional de História para além de suas funções de educador e pesquisador. O novo profissional de História, se assim se pode nominá-lo, está assentado sobre um tripé: pesquisa, ensino e ação cultural. A formação na graduação é apenas o início de uma jornada de aprendizagem e busca de conhecimento, que não se interrompe jamais.

A ANPUH e os novos espaços de atuação profissional

O que se espera de uma associação profissional – em nosso caso a ANPUH – em relação aos profissionais de História que atuam na área de preservação histórico-cultural? Uma das questões mais prementes é o reconhecimento desse campo de atuação por parte da Associação. Digo isso porque essa não é uma situação tão tranquila assim. Tradicionalmente, as diretorias tanto da ANPUH nacional quanto do núcleo regional do Rio Grande do Sul são oriundas do ambiente acadêmico; são docentes que, muitas vezes, não têm qualquer tipo de contato com a área em questão. Vale lembrar que apenas recentemente essa preocupação está sendo objeto também dos cursos de graduação, como visto anteriormente. Assim,

muitas das problemáticas enfrentadas por esses profissionais acabam não entrando na pauta das discussões da Associação. Exemplo claro disso foi a omissão completa da ANPUH em relação ao concurso do IPHAN, citado anteriormente.

No entanto, exemplos positivos da Associação preocupando-se com essas áreas também podem ser citados. É tradição, em nosso Encontro Estadual, a presença de uma mesa-redonda que discuta as questões relativas ao ofício do historiador nesse campo; o nosso núcleo tem-se preocupado em fazer-se representar em diversos colegiados na área da cultura, como o FUMPROARTE, o Conselho Estadual de Cultura, o Fundo Monumenta; a ANPUH discutiu com o Fórum de Coordenadores de Cursos de Graduação do Rio Grande do Sul as novas mudanças curriculares, incluindo as problemáticas relativas à formação nessa área. Além disso, o Rio Grande do Sul mantém o Grupo de Trabalho “Acervos: história, memória e patrimônio”, que comemorou, em 2007, 10 anos de atuação. Enfim, os exemplos positivos são vários e isso demonstra o quanto a Associação, ao menos no âmbito regional, está atenta para essa área de atuação dos historiadores.

O corolário da situação anterior refere-se à não discussão sobre a regulamentação da profissão de historiador. Esse é um assunto que está presente em conversas informais, mas que a Associação não tem trazido para o debate sério e fundamentado. É como se o assunto estivesse hibernando num sono letárgico e aguardasse o seu despertar na comunidade dos historiadores. Por enquanto, é incomum tocar-se no assunto. Essa é uma das raras oportunidades que vejo sua presença. Vou tentar sondá-lo, pois convém não acordar um urso em hibernação, sem riscos.

O campo acadêmico da História está consolidado no Brasil a partir dos cursos de graduação e pós-graduação. As revistas, várias oriundas dos PPGS, asseguram a qualidade do que merece ser publicado. Nesse âmbito, posso talvez afirmar que é dispensável a regulamentação do profissional de História. O saber acadêmico criou seus mecanismos de aferição e controle do que possa ser considerado

um trabalho de estudo histórico e, a partir dos mesmos, concede a titulação àqueles que alcançarem os pré-requisitos. A inserção dos profissionais na carreira acadêmica pública também se dá pelos mesmos critérios, a partir da realização dos concursos públicos. Os requisitos exigidos nessas seleções estão em sintonia com a delimitação do campo acadêmico.

No âmbito editorial, a situação não ocorre da mesma maneira, pois a finalidade das empresas é a comercialização final de seus produtos, os livros. Dessa forma, obras e textos com boa aceitação de público serão editados, independentemente de sua temática histórica ser escrita ou não por historiadores. As editoras – salvo as universitárias – não se preocupam com os critérios que norteiam o campo da História e seria, provavelmente, um contra-senso exigir isso delas. Nessa esfera, dependemos apenas da honestidade dos autores em, ao menos, não se autodenominarem historiadores. A regulamentação profissional nessa esfera não viria a exercer qualquer tipo de ingerência.

Onde, então, teria algum sentido a regulamentação profissional?

Justamente naqueles órgãos mencionados anteriormente e nos quais os historiadores vêm, precariamente ou competentemente, exercendo seus ofícios. No entanto, o profissional de História não está presente nesses espaços. A regulamentação poderia assegurar a presença dos historiadores em museus, arquivos, órgãos de gestão do patrimônio, escritórios de turismo, memoriais, centros de documentação e pesquisa, acervos das mais variadas tipologias, a exemplo do que ocorre com outras profissões, como arquivista, bibliotecário e museólogo.

Certamente a regulamentação profissional não possibilitará, num passe de mágica, a inserção do historiador em todos esses órgãos. A maioria dessas instituições é pública e depende da criação de cargos e vagas, bem como da aprovação de concursos públicos. No poder público, a regulamentação poderia surtir efeitos a médio e a longo prazo, enquanto na esfera privada, posso estar enganada,

imagino que a regulamentação gere efeitos a curto prazo. Seja qual for a instância, é somente com a regulamentação que se pode exercer pressão no sentido de contemplar a inserção desses profissionais nessas áreas.

Finalmente, cumpre dizer que a opção pela regulamentação e a conseqüente presença dos profissionais de História nas instituições gerenciadoras do patrimônio histórico-cultural é mais do que uma reivindicação corporativa e está fundamentada nos prejuízos à compreensão do patrimônio brasileiro ao abdicar-se do olhar particular da História. Nesse sentido, o ofício dos historiadores soma-se, sem confundir-se, a diversos outros ofícios atuantes no campo do patrimônio. Mais do que para a comunidade dos historiadores, o maior ganho, sem dúvida, virá para o patrimônio brasileiro que será mais bem investigado, estudado, compreendido, conhecido e apropriado por todos.

The activity of History and new spaces for its professionals

Abstract: The field of History professionals has been enlarged throughout the last decades. Museums, memorials, documentation centers, management centers of historic heritage, and agencies of cultural and tourism policies are some of the examples of open spaces for historians. Nevertheless, this new spectrum of possibilities presents a variety of questions and challenges concerning the area of History: what do these institutions expect from the professional who works for them? How has this activity been happening? What obstacles are faced by these professionals? How should their training be held? What abilities should they have? What distinguishes them from other professionals who work in this field? What is the role of the National Association of History – nationally and regionally speaking – in relation to the historians who work in this field? What is the importance of the regulation of that profession for those who work at institutions working with to cultural-historic heritage? This text intends to find these questions out on a preliminary basis.

Keywords: Historic Heritage - Profession regulation - Historian trade

Notas

¹ Esse texto foi originalmente apresentado na Mesa-Redonda Os historiadores e os acervos documentais e museológicos: novos espaços de atuação profissional, do IX Encontro Estadual de História - ANPUH-RS, realizado em julho de 2008, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

² Documento disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>, acesso em 02/09/2008.

³ A graduação em História das Faculdades Porto-Alegrenses já mantinha em seu currículo as disciplinas de Museologia e Arquivologia.

⁴ Documento disponível em <http://www.anpuhsp.org.br/pdfs/DOC%20INICIAL%20ANPUH%20%20DIRETRIZES.pdf>, acesso em 02/09/2008.

Referências

CHOAY, François. *L'Allégorie du patrimoine*. Paris: Seuil, 1996.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1995.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MINC-IPHAN, 1996.

GOURARIER, Zeev. *Le musée entre le monde des morts et celui des vivants*. *Ethnologie française*, t. 14, n. 1, p. 67-76, janv. /mars. 1984.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória*. São Paulo: Editora Unesp/FAPESP, 1999. p. 11-29.

_____. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

POULOT, Dominique. *Musée, nation, patrimoine: 1789-1815*. Paris: Gallimard, 1997.

RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2001.

O ofício da História e novos espaços de atuação profissional

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. Bens culturais e proteção jurídica. 2. ed. Porto Alegre: EU/Porto Alegre, 1999. p. 22.

Recebido em 12/09/2008
Aprovado em 14/11/2008